



**A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO-  
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SILMAR CASSIANO  
BARBOSA**

**Belo Horizonte  
2011**

**SILVANA BARBOSA AMARAL**

**A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO-  
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SILMAR CASSIANO  
BARBOSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Gláucia de Fátima da Silva

**Belo Horizonte  
2011**

SILVANA BARBOSA AMARAL

**A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO-  
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SILMAR CASSIANO BARBOSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Profª Gláucia de Fátima da Silva (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, X de janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos educandos da  
Escola Municipal Silmar Cassiano  
Barbosa, para os quais sonho com uma  
educação de qualidade e com uma  
sociedade mais humana, justa e fraterna.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, sempre presente em minha vida, por me dar força, coragem e sabedoria para enfrentar os desafios da minha profissão.

Agradeço à minha família, pelo carinho e apoio, na realização deste trabalho.

Agradeço aos meus professores, pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

E, finalmente, agradeço à comunidade da escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, por dividirem comigo a responsabilidade de construir uma escola melhor.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento.  
Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.  
Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho parte da necessidade de ampliar e reorganizar o tempo da Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, situada no município de Betim, Minas Gerais, para melhor atender às demandas da sua comunidade escolar em busca de uma educação de qualidade para todos e o desenvolvimento pleno dos educandos.

A escola oferece os nove anos do Ensino Fundamental, organizados em quatro Ciclos de Formação Humana, divididos em dois turnos, manhã e tarde.

Para isso, faz-se necessária uma análise crítica do projeto político-pedagógico da escola, elaborado pela comunidade escolar, descrevendo e avaliando a forma atual como a escola define, organiza e utiliza seu tempo escolar, apresentando os avanços alcançados e os desafios ainda a serem superados para desenvolver melhor o trabalho escolar, garantindo que o educando aprenda de fato.

Partindo da realidade da escola e de suas demandas, a escola pode avaliar como o tempo escolar pode interferir no desempenho do educando e, assim, reorganizar este tempo para melhor desempenhar as suas funções e alcançar seus objetivos, oferecendo um ensino de melhor qualidade aos educandos.

**Palavras-chave:** Gestão democrática; Projeto Político Pedagógico; Tempo escolar; Trabalho escolar.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESENVOLVIMENTO.....	11
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
5	ANEXO	18
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa .....	



## Introdução

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, o Ensino Fundamental passou a ser obrigatório e gratuito, ministrado com base nos princípios da igualdade, liberdade, pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, tolerância, garantia de padrão de qualidade definido, segundo a mesma lei, como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A LDBEN (1996), em seu artigo 22, afirma que a educação tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores.

O Estado tem, portanto, o dever de oferecer a todo cidadão o Ensino Fundamental gratuito, através do qual ele deve se desenvolver plenamente e se preparar para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania (LDBEN, 1996, art. 2º).

Percebe-se uma grande preocupação com o acesso e a permanência do educando na escola, com práticas inclusivas que visam diminuir a repetência e a evasão escolar. No entanto, a falta de interesse dos alunos e o baixo rendimento escolar preocupam os educadores e provocam mudanças no trabalho escolar<sup>1</sup> em busca de uma educação mais eficiente e de melhor qualidade.

Com a democratização do acesso às escolas públicas, a diversidade cultural e as diferenças raciais, sociais, religiosas, além dos diferentes ritmos e formas de aprender, desafiam os educadores a elaborarem projetos pedagógicos que fazem com que os educandos aprendam de fato e se desenvolvam plenamente, mudando

---

<sup>1</sup> Compreende-se trabalho escolar como (...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132).

as concepções de avaliação, currículo e educação, criando novos espaços e redimensionando o tempo escolar.

A simples transmissão de conteúdos curriculares que deveriam ser acumulados ao longo de séries anuais com um mínimo de aproveitamento não garantia o sucesso escolar de todos os educandos. Era preciso oferecer a eles novas oportunidades de aprendizagem e práticas pedagógicas diferenciadas, já que cada um tem ritmos e formas próprias de aprender. Juntamente com o desenvolvimento cognitivo, a escola deve oportunizar aos alunos o desenvolvimento do seu senso crítico e de sua autonomia, se tornando cidadãos participativos em uma sociedade democrática.

Diante dessa nova realidade, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa está organizada em ciclos de formação humana, desde 1998, definidos como:

(...) as fases ou estágios do desenvolvimento da totalidade humana, que ocorrem no contexto espaço-temporal e sócio-cultural da escola, ao longo dos quais os indivíduos constroem interativamente valores, gostos, sentimentos, identidades, conceitos, conhecimentos além de desenvolverem sociabilidades, atitudes, comportamentos, habilidades e competências que são indispensáveis para a convivência humana. (BETIM, 1999, p. 9).

O Ensino Fundamental está dividido em quatro ciclos, de acordo com a idade dos educandos: 1º ciclo (6, 7 e 8 anos); 2º ciclo (9 e 10 anos); 3º ciclo (11 e 12 anos); 4º ciclo (13 e 14 anos). Além da idade, outros critérios podem ser usados pela escola para agrupar os educandos, como interesse e dificuldades de aprendizagem.

O primeiro e segundo ciclos funcionam no período da tarde e tem duração de quatro horas. O terceiro e quarto ciclos funcionam no período da manhã e tem duração de quatro horas e dez minutos, divididos em quatro módulos de uma hora.

A escola busca, dessa forma, garantir o desenvolvimento pleno do educando, respeitando seu processo de formação, ritmo de aprendizagem e diferenças. (BETIM, 1999, p.3).

Nesta perspectiva, os ciclos ampliam os espaços educativos para além dos muros da escola, reconstruem a concepção de currículo, de processo ensino-aprendizagem, de avaliação e propõem a continuidade da trajetória escolar do educando, sem o determinismo do tempo marcado pela organização seriada. (BETIM, 1999, p.10).

Para isso, foram necessárias mudanças nas concepções de currículo, avaliação, educação, ensino e aprendizagem que ocorreram ao longo dos anos, após muito estudo e discussões com toda a comunidade escolar. O projeto político-pedagógico (PPP) foi elaborado com o objetivo de oferecer aos educandos um ensino de qualidade e o seu desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo.

No entanto, apesar de todas essas mudanças, a escola ainda não conseguiu fazer com que todos os alunos aprendam com qualidade. Para melhor alcançar seus objetivos, ela sente necessidade de ampliar e reorganizar seu tempo, além de criar novos espaços de aprendizagem. Dessa forma, os educandos terão a oportunidade de superar suas dificuldades de aprendizagem e desenvolver novas habilidades, valores, atitudes e comportamentos através de práticas pedagógicas e atividades diferenciadas.

A definição e a utilização do tempo se dão de acordo com os processos que envolvem a ação pedagógica, uma vez que a construção do conhecimento se realiza num período que, geralmente, não coincide com o tempo previsto pela escola. A modificação dos tempos da escola e o seu uso é um aprendizado, tanto para os educadores como para os educandos envolvidos no processo educativo. (BETIM, 1999, p. 6).

Este trabalho faz uma avaliação da organização do tempo da Escola Silmar, registrado em seu PPP, procurando detectar os avanços e as dificuldades enfrentados pela escola nesta organização, para, a partir daí, propor mudanças no cotidiano da escola que melhorem a qualidade do ensino oferecido por ela e, conseqüentemente, o desenvolvimento pleno do educando, tornando-o um sujeito participativo, crítico e autônomo, capaz de atuar e transformar a sociedade em que vive.

## **Desenvolvimento**

Preocupados com os altos índices de repetência e com o baixo rendimento escolar dos educandos, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, sob a

orientação da rede municipal de ensino, implantou, em 1988, os ciclos de formação humana.

O ciclo incorpora a concepção de formação global do sujeito partindo do pressuposto da diversidade e dos ritmos diferenciados no processo educativo. À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas, de dar oportunidades para a construção da autonomia e da produção de conhecimentos sobre a realidade. (DALBEN, 2000a, p.21, *apud* FREITAS, 2004, p.12).

A implantação dos ciclos provocou várias mudanças na escola. Os conteúdos curriculares foram redimensionados e as avaliações passaram a ter um caráter mais investigativo e menos excludente e classificatório. Os alunos passaram a ser enturmados por idade para que pudessem construir sua identidade convivendo com seus colegas. Novas práticas pedagógicas foram adotadas para que as dificuldades de aprendizagem dos alunos fossem superadas ao longo do ciclo. Novos espaços foram criados além da sala de aula. O tempo escolar se tornou mais flexível e o educando passou a ter mais liberdade para aprender conforme as suas características biológicas, psicológicas e culturais, rompendo com a obrigatoriedade de adquirir determinados conhecimentos em um tempo pré-estabelecido. Enfim, a relação professor/educando mudou. O professor deixou de ser apenas transmissor de um determinado conhecimento que todos os educandos deveriam aprender em um mesmo tempo e da mesma forma. O educando passou a construir o seu próprio conhecimento e, nessa construção, ele vai adquirindo valores, atitudes, comportamentos indispensáveis à vida em sociedade.

Todas essas mudanças fizeram com que a escola repensasse a sua forma de gestão. A Constituição Federal (1988) estabelece como princípio da educação a gestão democrática e, sendo assim, a comunidade escolar, desde 1996, passou a escolher seus dirigentes através de eleições diretas.

Com isso, a escola abre suas portas para que pais, alunos e funcionários possam discutir os problemas da escola e buscar, de forma responsável e participativa, soluções para eles.

À escola cabe o papel de criar espaços colegiados de discussão e à comunidade escolar participar ativamente da construção de uma escola de melhor

qualidade, voltada para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os seus alunos.

Foi assim, que a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa elaborou o seu projeto político-pedagógico.

O PPP representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definirem seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações visando atingir os objetivos que se propõem. (LIBÂNEO, 2001, p. 133).

No entanto, para que as ações propostas pela comunidade escolar fossem efetivamente implementadas, a escola enfrenta, até hoje, muitos desafios. Fatores importantes como tempo e espaço precisam passar por uma reorganização.

O que se vê na Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa é um grupo de educadores que, apesar dos esforços, não conseguem oferecer aos educandos um ensino de qualidade. Existe uma grande preocupação com o baixo desempenho escolar e a falta de interesse dos educandos em aprender de fato, tornando-os incapazes de progredir nos estudos.

Algumas práticas pedagógicas, como atendimento a pequenos grupos de educandos e regência compartilhada, são adotadas pelos educadores da escola com o objetivo de dar um melhor atendimento aos educandos, ajudando-os a superar suas dificuldades de aprendizagem.

O educando é avaliado nos aspectos cognitivos e sócio-afetivos, sem a utilização de notas ou conceitos. Dessa forma, o foco principal está na aprendizagem e no desenvolvimento do educando, sem a necessidade de acumular certo número de pontos para prosseguir nos estudos.

A organização por ciclos faz com que o processo ensino-aprendizagem seja mais democrático e menos excludente, mas a escola ainda não conseguiu melhorar a qualidade do ensino por ela oferecido.

Com a missão de instruir e educar, a escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa avalia que necessita de ampliar o tempo escolar para oferecer aos

educandos novas e diferentes formas de aprender e um ensino de melhor qualidade para todos.

A escola de tempo parcial não consegue equacionar adequadamente as duas funções. Isso termina obrigando a escola e o professor a fazer escolhas por um dos pólos, o que gera insatisfação, seja porque ao optar pela instrução deixa de lado a formação ou porque ao optar pela formação deixa de lado a instrução, como ocorre em algumas experiências tanto com a progressão continuada como com ciclos. (FREITAS, 2004, p. 28).

Optando apenas pela instrução ou pela formação, muitos educandos são excluídos do direito de aprender, se tornando o único responsável pelo seu fracasso escolar. Acredita-se que todos são capazes de aprender, mesmo que em níveis e ritmos diferentes. O grande desafio da Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa está em garantir que todos aprendam, respeitando e valorizando as diferenças.

O PPP da escola propõe a ampliação do tempo escolar para oferecer aos educandos novas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento dos educandos em suas múltiplas dimensões, se tornando um indivíduo crítico, participativo, criativo, capaz de estabelecer relações pautadas na ética e nos valores universais.

A LDBEN (1996), em seu artigo 34, determina que o Ensino Fundamental seja ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Na Escola Silmar Cassiano Barbosa, a ampliação do tempo escolar está prevista para 2011 e deve ocorrer com o aumento gradativo do tempo diário de permanência do educando na escola, em espaços criados fora dela com fins educativos.

O programa de escola em tempo integral da rede municipal de ensino, já adotada por 34 escolas, oferece aos educandos a oportunidade de desenvolverem novas e diferentes habilidades e competências, utilizando espaços de socialização fora da escola, melhorando a sua auto-estima, o que contribui para o seu pleno desenvolvimento.

Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à

organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. (CAVALIERE, 2007, p. 1023).

Os educadores da Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa têm consciência de que a escola de tempo integral tem uma forte função socializadora e de que, para solucionar seus problemas, os educandos deverão vivenciar novas e diferentes formas de aprendizagem. A instrução e a formação se completam para que o educando se desenvolva plenamente.

Para Cavaliere (2007), caso a escola de tempo integral reproduza a escola convencional, o efeito será a potencialização dos problemas de inadaptação. Sendo assim, pais, alunos, educadores e demais funcionários da escola deverão saber quais são os objetivos a serem alcançados com a ampliação do tempo escolar e o que deverão fazer para alcançá-los.

Com todas as cautelas necessárias, os resultados positivos das pesquisas que relacionam tempo e desempenho escolar e a percepção de que a escola pode ser uma instituição mais eficiente em sua função socializadora, encorajam e dão suporte às políticas de ampliação do tempo, (CAVALIERE, 2007, p. 1021).

Este é mais um desafio que a escola deverá enfrentar para implantar a escola de tempo integral, pois alguns educadores já vivenciam esta realidade em outras escolas e não fazem uma avaliação positiva, pois enfrentam dificuldades com a criação de espaços e com a aquisição de recursos humanos. A adesão dos alunos ao programa deixa a desejar. Alguns educandos relatam cansaço com a longa jornada diária dedicada à escola. Os pais sentem falta dos filhos que ajudam nas tarefas de casa.

Convencidos de que a ampliação do tempo escolar pode ajudar a escola a melhorar a qualidade do ensino e o desempenho escolar dos educandos, os educadores buscam, agora, formas de como fazer esta reorganização do tempo.

Atualmente, a escola tem enfrentado dificuldades para organizar o seu quadro de funcionários e teme que a ampliação do tempo escolar possa aumentar também os problemas já existentes.

Nesse sentido, o papel do gestor escolar é fundamental. Além de preparar a comunidade escolar para aceitar e valorizar a ampliação do tempo escolar como

forma de melhorar o trabalho da escola e as condições de aprendizagem e desenvolvimento do educando, o gestor deve buscar recursos humanos e financeiros, junto à Secretaria de Educação, para que a escola possa se organizar e realizar um bom trabalho.

A participação de toda a comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da escola é muito importante, neste momento. Nele devem estar claros os objetivos a serem alcançados com a ampliação do tempo escolar e as ações para se alcançar tais objetivos. Dessa forma, todos serão responsáveis pelos resultados alcançados pela escola.

O importante é realizar a ampliação do tempo escolar de forma gradativa para que, tanto a escola quanto as famílias e os educandos possam se acostumar com a nova rotina de atividades.

A escola deve evitar que os dois turnos funcionem como se fossem duas escolas diferentes: uma que trabalha com a instrução dos educandos e outra que trabalha com a formação. Os objetivos devem ser sempre os mesmos, estabelecidos no PPP da escola pela comunidade escolar, voltados para a formação global do educando.

A escola deve seguir as diretrizes básicas do programa de ampliação do tempo escolar estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), observando as demandas e peculiaridades de sua comunidade escolar.

O trabalho no contra-turno é feito por estagiários, voluntários e um vice-diretor contratados pela Semed e, nesse sentido, a escola não tem autonomia para escolher o seu quadro de funcionários.

Mais uma vez o gestor tem uma função de grande importância e responsabilidade. Ele deve ser o elo que une todos os membros da comunidade escolar em torno dos mesmos objetivos. Todas as ações pedagógicas e as atividades esportivas, artísticas, culturais e sociais devem estar voltadas para a formação de um cidadão crítico e participativo, capaz de prosseguir nos estudos em busca de uma qualificação para o trabalho, como estabelecido na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Deve-se pensar aqui na ampliação das demandas do diretor e da intensificação do seu



trabalho, visto que o trabalho escolar e pedagógico ampliam também nesta proposta!

## **Considerações finais**

Com a democratização do acesso às escolas públicas, o multiculturalismo passou a ser uma característica marcante no ambiente escolar. Dividida entre dois papéis importantes na vida dos educandos, o de instrução e o de formação, a escola enfrenta desafios para garantir que todos aprendam com qualidade e se desenvolvam plenamente, tornando-se indivíduos autônomos, críticos, participativos, capazes de atuar e modificar a sociedade em que vive.

Para superar tais desafios, a organização da escola em Ciclos de Formação Humana e a ampliação do tempo escolar podem ajudar a escola a cumprir sua missão, com mudanças na concepção de educação, ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.

Nesse sentido, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, organizada em ciclos de formação humana desde 1996, procura se estruturar para ampliar o tempo escolar em 2011 e aderir ao programa de escola em tempo integral já existente na rede municipal de ensino.

Através da reorganização do tempo escolar, a escola pretende oferecer aos educandos novas e diferentes oportunidades de aprender e de adquirir habilidades, competências, valores, comportamentos, se tornando sujeitos da sua própria aprendizagem.

Os diferentes ritmos e formas de aprender dos educandos devem ser respeitados, pois cada indivíduo é único e deve ser tratado como tal para que ele possa se desenvolver de acordo com as suas habilidades e preferências.

A adesão dos educadores, educandos e suas respectivas famílias a este novo tempo escolar é fator importante para o sucesso do programa da escola em tempo integral. É necessário que toda a comunidade escolar esteja ciente das mudanças que ocorrerão na organização da escola com a ampliação do tempo escolar bem como dos objetivos a serem alcançados com tais mudanças.

Novos espaços de aprendizagem deverão ser criados. O número de profissionais envolvidos com o trabalho escolar deve aumentar em decorrência das novas demandas do projeto pedagógico da escola. Os alunos permanecerão mais tempo na escola. Tudo isso, para que a escola possa garantir a aprendizagem de todos os alunos, com qualidade e em suas múltiplas dimensões.

O programa de escola em tempo integral já existente na rede municipal de ensino propõe a ampliação do tempo escolar de acordo com o interesse dos alunos e da família. Os profissionais envolvidos são estagiários que atuam em espaços da comunidade local, para onde os alunos devem se deslocar diariamente. Para acompanhar o trabalho escolar existe um gestor indicado pela secretaria de educação.

Sendo assim, o gestor tem papel fundamental na motivação e na capacitação de toda a comunidade escolar para participarem de práticas pedagógicas mais democráticas, onde o educando constrói o seu conhecimento e se desenvolve plenamente. A criação da escola de tempo integral depende da adesão da comunidade escolar e local e da sintonia entre o gestor da escola e o gestor que irá organizar o trabalho extra-turno. Os dois devem caminhar juntos em busca dos mesmos objetivos. Estes devem estar claros no projeto político-pedagógico da escola, que deve ser construído com a participação de toda a comunidade escolar.

A ampliação do tempo escolar pode ser uma forma de a escola solucionar os seus problemas, de forma democrática e participativa, em busca de uma educação de qualidade para todos.

## **Referências bibliográficas**

BETIM. **Educação Básica**: Ciclos de formação na escola democrática. Betim, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/96** – 23 de dez. 1996. Fixa as diretrizes e bases da educação de 1º e 2º graus.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação & Sociedade**, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR**  
**PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO**

**MÁRCIA AUXILIADORA CASSIANO RIBEIRO**  
**SILVANA BARBOSA AMARAL**

**BELO HORIZONTE**  
**2010**



**MÁRCIA AUXILIADORA CASSIANO RIBEIRO  
SILVANA BARBOSA AMARAL**

## **PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Gláucia de Fátima Silva

**BELO HORIZONTE  
2010**

"Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música  
não começaria com partituras, notas e pautas.

Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria  
sobre os instrumentos que fazem a música.

Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria  
que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre cinco linhas.

Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas  
para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes".

Rubem Alves

“Dedicamos este trabalho aos educadores, pais e alunos da Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, parceiros na construção de uma educação de qualidade e na formação de cidadãos participativos e críticos, sujeitos da sua própria história.”

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>7</b>
<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>CURRÍCULO.....</b>	<b>16</b>
<b>TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR.....</b>	<b>20</b>
<b>PROCESSO DE DECISÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>25</b>
<b>AVALIAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>31</b>



## Introdução

A gestão democrática, como um dos princípios da educação previstos na Constituição Federal (1988), prevê a participação de todos os segmentos da comunidade nas decisões da escola em busca de uma educação de qualidade para todos. Para tanto, torna-se necessária a elaboração do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.

O processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO, 2002, p.2).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 sugere a participação de todos na gestão escolar e estabelece funções que devem ser desempenhadas pela comunidade como:

Elaborar e executar a sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (LDB, Art. 12, Incisos I a IV).

Através de uma gestão participativa, a escola vem conquistando mais autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Ter autonomia significa ter liberdade para elaborar e executar seu projeto político-pedagógico de acordo com as demandas da sociedade. Dessa forma, a escola constrói a sua identidade através da participação ativa de seus membros, que devem assumir de fato a implementação das ações definidas no PPP.

O PPP representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definirem seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. (LIBANEO, 2001, p.133)

Na construção do PPP, a escola, partindo da sua realidade, estabelece metas e define ações para alcançar seus objetivos. .

O PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (VEIGA, 1996; 1998, *apud* Oliveira, sd, p.2).

Diante da importância do Projeto Político-pedagógico, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa mobilizou sua comunidade. Inicialmente, a escola elaborou uma pesquisa com pais, alunos e funcionários para fazer um levantamento dos conhecimentos prévios da comunidade escolar sobre o assunto.

Baseados nos resultados da pesquisa, foi feita uma capacitação da comunidade escolar para prepará-la para a elaboração do PPP.

Diante da realidade da escola, foram estabelecidas metas e elaborado um cronograma de atividades que deveriam ser executadas para enfrentar os desafios da escola e melhorar a qualidade do ensino oferecida por ela.

A escola Silmar Cassiano Barbosa oferece o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, distribuídos em 02 (dois) turnos, manhã e tarde, organizados em Ciclos de Formação Humana. Possui 64 (sessenta e quatro) funcionários e 1100 (mil e cem) alunos.

## **Finalidades da educação**

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 205, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e tem como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, estabelece como princípios a igualdade, a liberdade, a diversidade, a gratuidade e a gestão democrática do ensino público.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu artigo 22, afirma que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores.

Considerando esses princípios, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa tem como objetivos garantir o acesso, a permanência e a oferta de uma educação

de qualidade através de uma gestão democrática e participativa. Seu trabalho pedagógico deve promover a socialização das diferentes manifestações culturais e a aquisição do conhecimento. Por isso, seu maior desafio é fazer com que cada aluno aprenda, com qualidade, diante de tanta diversidade, se tornando um indivíduo crítico, participativo e autônomo.<sup>1</sup>

Com a democratização do acesso às escolas públicas, muitas são as diferenças sócio-econômicas, diversidades culturais, étnicas, religiosas, cognitivas que interferem no processo ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais da escola. A escola deve estar atenta a essas diferenças para que cada aluno tenha a oportunidade de aprender considerando seus limites e possibilidades.

Diante de tantos desafios, é importante que a escola realize um trabalho que atenda às demandas de sua comunidade. Nesse caso, não se pode negar a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, com a participação de pais, alunos e funcionários da escola. Nesta perspectiva, ele é fundamental para efetivar a democracia dentro do espaço escolar.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com a sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona a sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, sd, p.1)

A construção de um Projeto Político-Pedagógico aborda questões ligadas à gestão escolar, pedagógica, administrativa e financeira. E essa construção deve ser o resultado de discussões e deliberações dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Só assim as ações colegiadas serão articuladas, onde o aprender a pensar não seja dissociado do executar e então o Projeto Político-Pedagógico será consistente.

---

<sup>1</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, em seu artigo 4º, inciso IX, diz que o dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A participação efetiva da comunidade em espaços colegiados é muito importante para que os desafios sejam solucionados de forma democrática. Assim todos podem expor suas idéias e assumir responsabilidades para melhorar o ensino oferecido pela escola.

Todo processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO et al 2004, p.1)

Nesse sentido, o apoio da família é imprescindível para que a aprendizagem dos educandos seja alcançada de forma satisfatória. Os pais devem cumprir o seu papel na educação dos seus filhos, acompanhando o desempenho escolar deles. A escola, através de reuniões periódicas, estabelece uma parceria com as famílias, abrindo espaços de discussão permanente, atendendo-as em suas demandas e orientando-as como agir para melhorar o desempenho escolar do seu filho. A melhor forma de efetivar esta prática é através da construção do PPP, com a participação de todos os envolvidos.

Para o desenvolvimento integral do aluno, a escola mantém um diálogo aberto e permanente com os educandos, dando a eles a oportunidade de participarem ativamente do processo ensino-aprendizagem e atuarem como sujeitos da sua formação, capazes de superar as práticas opressoras e de serem protagonistas da construção de uma escola para todos. Desta forma, a educação se torna mais democrática, inclusiva e de qualidade, superando as desigualdades sociais e respeitando as diversidades, como está garantido na Constituição Federal (1988).

Diante dos princípios estabelecidos na legislação em vigor sobre educação, a Escola Silmar Cassiano Barbosa elabora suas ações dentro de uma perspectiva de formar um indivíduo pleno. Para isso, estabelece como prioridade alguns princípios que norteiam toda a ação pedagógico-administrativa da escola:

- A igualdade, a liberdade, a diversidade, a gratuidade e a gestão democrática;
- Assegurar ao educando a formação para o exercício da cidadania;

- O acesso, a permanência e a oferta de uma educação de qualidade;
- Desenvolvimento de alunos autônomos na construção do conhecimento;
- Formação de alunos detentores de saberes historicamente construídos.

Para a implementação efetiva da gestão democrática, a escola, a cada dois anos, escolhe seus dirigentes através de eleições diretas. É um momento muito importante para vivenciar a democracia, quando pais, alunos e funcionários analisam e escolhem as melhores propostas para melhorar o trabalho da escola.

Outro momento importante de participação da comunidade escolar nas decisões da escola é a reunião do Colegiado Escolar. Apesar de o Colegiado Escolar possuir funções consultivas e deliberativas em questões administrativas, pedagógicas e financeiras, sua ação, no cotidiano, da escola se limita, principalmente, em aprovar as compras e a prestação de contas da escola, antes de serem encaminhadas à Secretaria de Educação. A escola ainda não tem autonomia para resolver os problemas administrativos e pedagógicos, ficando sujeita às determinações da Secretaria Municipal de Educação.

Outra forma de participação nas decisões da escola é através do Grêmio Estudantil. Infelizmente, os alunos da Escola Silmar ainda não conseguiram se organizar para formar o Grêmio na escola. Mas, nem por isso, eles deixam de ser ouvidos e participarem ativamente do dia-a-dia escolar.

As regras de funcionamento da escola são discutidas com toda a comunidade escolar antes de serem definidas. Ocorre também um estudo do Regimento Escolar para que cada segmento da escola conheça seus direitos e deveres e possam agir como cidadãos na construção de uma escola de qualidade. Dessa forma, as relações no espaço escolar se tornam mais democráticas e justas, baseadas na ética e no respeito.

A escola organiza atividades extracurriculares e eventos sócio-culturais e esportivos para que os alunos, pais e funcionários da escola possam trocar experiências e socializarem conhecimentos que serão de grande importância para a aquisição de valores e atitudes e para o desenvolvimento físico, afetivo e emocional dos alunos. Dessa forma, os alunos se preparam para participarem da sociedade, exercendo com responsabilidade e consciência a sua cidadania.

Para aquisição e produção do conhecimento, a escola possui um currículo oficial, elaborado pela Secretaria de Educação, juntamente com os educadores da

rede municipal de ensino. Este currículo contém metas e habilidades que devem ser alcançadas pelos alunos dentro das diferentes disciplinas curriculares.

Através de avaliações diagnósticas, o nível de aprendizagem dos alunos é detectado e, a partir daí, o planejamento pedagógico é realizado pelos professores, pedagogos e direção da escola.

Os alunos que apresentam defasagem ou dificuldades de aprendizagem são atendidos em turmas flexíveis, em pequenos grupos ou através da regência compartilhada. Dessa forma, eles têm a oportunidade de sanarem suas dificuldades e progredirem nos estudos.

Os temas transversais são trabalhados pelos professores através de projetos pedagógicos que mobilizam toda a escola. São assuntos de interesse de toda a comunidade, que vão contribuir para a promoção da saúde e de uma melhor qualidade de vida, além de preparar os educandos para exercer a cidadania com ética, respeito e responsabilidade.

Para a formação integral do aluno, a escola reorganizou seu tempo e espaço escolar. Entretanto, torna-se necessária a ampliação do tempo e dos espaços de aprendizagem, assim como dos recursos humanos para um melhor atendimento aos alunos. A escola está se preparando para se integrar ao programa Escola da Gente, da rede municipal de ensino, que vai ajudá-la a realizar um trabalho de melhor qualidade, atendendo às demandas de sua comunidade e ao desenvolvimento pleno do educando.

Preocupada em promover o desenvolvimento integral do indivíduo, a escola busca, por intermédio de disciplinas do currículo e pelas diversas atividades extracurriculares, sensibilizar os alunos para as questões, éticas, sócio-econômicas, políticas e culturais, contribuindo assim para a formação de um indivíduo ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive.

## **Estrutura Organizacional**

A Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa localiza-se na zona urbana da cidade de Betim, Minas Gerais e oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 9º anos, organizado em Ciclos de Formação Humana. Atualmente, ela possui 1100 alunos distribuídos em quatro ciclos.

O 1º ciclo é formado por alunos de 6, 7 e 8 anos; o 2º ciclo, alunos de 9 e 10 anos; o 3º ciclo, alunos de 11 e 12 anos; o 4º ciclo, alunos de 13 e 14 anos. O 1º e o 2º ciclos funcionam no período da tarde, de 13 às 17 horas; o 3º e o 4º ciclos funcionam no período da manhã, de 7 às 11 horas e 30 minutos.

As turmas são organizadas considerando a idade e os diferentes níveis de aprendizagem, formando turmas heterogêneas, onde os alunos podem trocar experiências e aprender com as diferenças.

As turmas são identificadas de acordo com o ano do ciclo, sendo que aquelas que pertencem a um mesmo ano são identificadas pelas letras do alfabeto, de forma aleatória e alternada, a cada ano.

A escola possui quatorze salas de aula, um laboratório de informática com 16 computadores, uma secretaria com três salas, uma sala de professores, dois banheiros para os professores, dois banheiros para os alunos, uma sala para a coordenação pedagógica, uma biblioteca, dois vestiários, uma sala de vídeo, duas quadras de esportes, uma cantina e um barzinho.

Para melhorar a qualidade do trabalho, a escola possui duas máquinas copiadoras, um data-show e um notebook, para o uso dos alunos e professores.

Sua estrutura física é bem conservada e suas dependências são bem arejadas e iluminadas. As salas de aula possuem quadro negro para uso de giz e quadro branco para uso de pincel, com capacidade para trinta e cinco alunos, além de uma mesa e um armário para os professores, um ventilador, cortinas, um televisor e um DVD.

A escola não possui adaptações para portadores de necessidades especiais por não existir demanda. É arborizada e possui murais para a apresentação dos trabalhos.

O ambiente escolar é tranquilo e sem muitos ruídos que possam interferir no processo ensino-aprendizagem e no trabalho da escola.

Os recursos financeiros da escola são provenientes da Secretaria Municipal de Educação, que faz o repasse mensalmente para as Caixas Escolares. Para complementar esta verba e melhor atender às demandas da comunidade escolar, a escola possui um barzinho que vende merenda aos alunos e funcionários. Além disso, a escola recebe uma verba anual do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Programa Dinheiro Direto na Escola que ajuda na conservação

da escola e na compra de materiais e equipamentos para melhorar a qualidade do ensino oferecido por ela.

A gestão democrática, princípio da educação nacional previsto pela Constituição Federal de 1988, garante que a comunidade escolar participe das decisões da escola. Desta forma, o colegiado da escola Silmar Cassiano Barbosa, formado por pais, alunos, professores e demais funcionários da escola, definem os gastos e aprovam as contas da escola.

Com relação aos recursos humanos, a escola possui uma diretora, uma vice-diretora, uma secretária e uma tesoureira, responsáveis pelo funcionamento dos dois turnos. Cada turno possui dezoito professores, duas pedagogas, duas técnicas de secretaria, duas técnicas de biblioteca e cinco agentes de serviços escolares. O número de funcionários da escola é definido pela Secretaria de Educação, conforme o número de turmas que a escola tem.

Nos 1º e 2º ciclos, cada turma possui uma professora-referência. Nas turmas de 6 e 7 anos, esta professora trabalha com os conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências, Geografia, História. Além da professora-referência, estas turmas possuem uma professora de Literatura e Projetos de Formação Humana.

Nas turmas de 8, 9, e 10 anos, a professora-referência trabalha os conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física. Os conteúdos de Ciências, Geografia e História são ministrados por outras duas professoras.

Nos 3º e 4º ciclos, os professores se organizam conforme a disciplina para a qual é habilitado e o plano curricular definido pela Secretaria Municipal de Educação, que estabelece as matérias e o número de aulas de cada uma.

A escola segue o calendário escolar definido pela Secretaria de Educação com duzentos dias letivos, divididos em três etapas. Cada dia letivo possui quatro módulos-aula, num total de vinte módulos-aula semanais.

Dos vinte módulos-aula semanais, três são destinados ao estudo do professor. Neste momento, professores, pedagogos e direção da escola se reúnem e discutem e avaliam a prática pedagógica, planejam atividades e projetos, fazem reuniões com pais e alunos dentre outras atividades.

Cada ciclo possui uma pedagoga, responsável pelo acompanhamento do processo ensino-aprendizagem na escola, juntamente com a direção.



Assim organizada, a escola busca garantir à sua comunidade o direito à educação, através dos princípios básicos da gratuidade, universalidade, igualdade e gestão democrática, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988.

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos. (CURY, sd, p. 5 e 6)

O papel da escola na transmissão e produção do conhecimento e na formação de cidadãos críticos e participativos é muito importante e ela deve planejar seu projeto político-pedagógico de forma a atender as demandas de sua comunidade.

É preciso garantir o acesso e a permanência do educando na escola e oferecer a ele um ensino de qualidade. “A educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho”. (CURY, sd, p. 1)

Para isso, a escola organiza a sua ação didático-pedagógica considerando sua diversidade sócio-cultural, o nível de aprendizagem dos alunos e as demandas da comunidade escolar, tendo como referencial o currículo oficial da rede municipal de ensino, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e os educadores. Este currículo estabelece habilidades e competências a serem adquiridas pelos alunos ao final de cada ano do ciclo. O maior objetivo da escola é ter todos os seus alunos alfabetizados ao final do 1º ciclo.

Para os alunos que apresentam defasagem ou dificuldades de aprendizagem, os educadores da escola propõem intervenções pedagógicas através da regência compartilhada e atendimento a pequenos grupos de alunos. Em ambas as práticas, os alunos são mais bem atendidos e tem a oportunidade de sanarem suas dificuldades.

A escola acredita na parceria com as famílias como forma de minimizar os problemas de disciplina que surgem no cotidiano da escola e auxiliar os alunos em suas atividades escolares e formação de hábitos e valores.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é dever do estado e da família. Além disso, defende a gestão democrática como forma de melhorar a qualidade do ensino da escola.

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialógica, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto educacional de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, sd, p. 11)

Por isso, a escola incentiva a participação de toda a comunidade escolar nas decisões da escola, elaborando o seu projeto político-pedagógico, visando melhorar a qualidade do ensino por ela oferecida e o desenvolvimento pleno do aluno. Promove reuniões mensais com o seu Conselho Escolar para avaliar o trabalho da escola e reuniões trimestrais com os pais, para analisarem o desempenho dos alunos. Além disso, sempre que necessário os pais são convidados a comparecerem à escola para discutirem com os educadores problemas mais pontuais com relação ao seu filho.

Outro ponto importante a ser observado pela escola é com relação à frequência dos alunos. Os casos de infrequência são imediatamente comunicados aos pais, que devem ter a responsabilidade de enviar seu filho para a escola. O Conselho Tutelar e a Promotoria de Justiça auxiliam a escola neste trabalho.

Esse contato permanente com a comunidade escolar ajuda a escola a detectar os diversos problemas que podem dificultar a aprendizagem do aluno. Por isso, a escola está sempre aberta para receber a comunidade e dialogar com os pais, alunos e funcionários da escola, visando estabelecer um ambiente mais democrático e participativo, onde todos são sujeitos do processo ensino-aprendizagem e da formação plena do aluno.

Finalmente, a organização administrativa, financeira e pedagógica da escola deve sempre estar voltada para a aprendizagem do aluno, respeitando as especificidades das comunidades escolar e local e a legislação vigente. A participação de pais, alunos e funcionários fortalecem a autonomia da escola em busca da construção de um ensino melhor para todos e de uma sociedade mais justa que garante a todos o exercício pleno da cidadania.

## **Currículo**

O termo currículo tem origem latina e significa pista ou circuito atlético. No campo pedagógico, ele vem sofrendo alterações em seu significado e para entendê-lo, atualmente, é preciso fazer um breve histórico das suas diferentes concepções e das influências sociais, políticas e culturais que vem sofrendo ao longo dos anos.

No Brasil, a definição de currículo, de acordo com Santos e Paraíso (sd), surgiu como sendo uma relação de conteúdos a serem trabalhados para se alcançar determinados objetivos educacionais, o que resultou em práticas pedagógicas excludentes que desconsideravam as demandas da comunidade escolar e suas especificidades.

Ao longo dos anos 80, os programas curriculares tinham como objetivos melhorar a qualidade do ensino público, reduzir os índices de repetência e evasão escolar e incentivar uma gestão participativa e democrática.

As propostas curriculares se basearam na pedagogia dos conteúdos e na educação popular, que demonstraram grande preocupação com a inclusão escolar. Essas duas tendências, porém se divergiam muito com relação aos conteúdos que seriam trabalhados pela escola. Com a pedagogia dos conteúdos, surgiram os programas oficiais do governo com uma relação de conteúdos a serem trabalhados pelos professores.

Tais propostas curriculares não foram suficientes para que a educação alcançasse plenamente seus objetivos. Na década de 90, novos estudos e novas propostas foram feitas.

Influenciados pelos estudos culturais, pelo pós-modernismo e pelo pós-estruturalismo, os textos preservaram a preocupação com o conhecimento escolar, abordando, ainda, temas como: o nexos poder-saber no currículo, a transversalidade no currículo, novas organizações curriculares, as interações no currículo em ação, o conhecimento e o cotidiano escolar como redes, o currículo como espaço de construção de identidades, o currículo como prática de significação, a expressão das dinâmicas sociais de gênero, sexualidade e etnia no currículo, o multiculturalismo. (MOREIRA, 2000, p. 118)

Atualmente, devido à cultura do multiculturalismo, o currículo é entendido como a transmissão, produção, criação e transgressão cultural.

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e a educação; entre o conhecimento e a cultura herdadas e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas

determinadas condições. Sacristán (1999, p.61, *apud* SANTOS e RAMPAZZO, 2006 p.81).

Sendo assim, o currículo deve proporcionar ao educando a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, valores e habilidades, a partir da sua vivência e interação com seu ambiente, tornando-se um indivíduo reflexivo, com capacidade de encontrar meios para superar os problemas sociais e de construir novas formas de atuar na sociedade em que vive.

O currículo deve levar em consideração as experiências de aprendizagem vivenciadas pelos educandos e as especificidades e demandas da escola, tendo o cuidado de observar os documentos oficiais como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996).

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 210, fixa conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, garantindo a formação básica comum e respeitando os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26, estabelece para o currículo do Ensino Fundamental, uma base nacional comum, complementada pelo sistema e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, conforme o artigo 27 da LDB, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

A Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa defende um currículo que promova a formação integral do aluno, permitindo que ele participe ativamente da construção do conhecimento e tenha condições de prosseguir nos estudos, além de participar de forma crítica e responsável da sociedade em que vive. Não se trata apenas da aquisição de conhecimentos, mas também de novas posturas e atitudes diante dos desafios da sociedade.

Para isso, ela está organizada em Ciclos de Formação Humana, segundo orientação da LDB (1996), que em seu artigo 23 diz que “(...) a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”.

Entende-se como Ciclos de Formação Humana as fases ou estágios de desenvolvimento da totalidade humana, que ocorrem no contexto espaço-temporal e sócio-cultural da escola, ao longo dos quais os indivíduos constroem interativamente valores, gostos, sentimentos, identidades, conceitos, conhecimentos além de desenvolverem sociabilidades, atitudes, comportamentos, habilidades e competências que são indispensáveis para a convivência humana. (BETIM, 1999, p.9)

Na organização por ciclos, os alunos são agrupados por idade. Desta forma, eles podem conviver com seus pares de idade, trocar experiências e construir identidades. Aprendem a conviver e a respeitar diferentes ideias e opiniões através de práticas mais democráticas e participativas.

Em outros momentos, a escola oferece a oportunidade de educandos de diferentes idades se relacionarem e vivenciarem tipos diferentes de interação, adquirindo novos conhecimentos. Neste momento, são realizadas oficinas, de acordo com o interesse e habilidades dos educandos.

O projeto pedagógico da escola segue as orientações do Plano Curricular da Secretaria Municipal de Educação, que estabelece as disciplinas da base nacional comum e da parte diversificada para os nove anos do Ensino Fundamental. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação estabeleceu, para os 3º e 4º ciclos, o número de aulas por semana a ser ministrado em cada disciplina curricular.

O currículo oficial do município, organizado por disciplinas, propõe a aquisição de habilidades e competências, para cada ano do ciclo. Na prática, os diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos são considerados para que ele possa aprender a partir do seu nível de conhecimento.

Para isso, a escola realiza avaliações diagnósticas com o objetivo de detectar o nível de aprendizagem dos educandos e fazer as intervenções pedagógicas necessárias. Neste momento, outro agrupamento se faz necessário, quando os educandos se reúnem de acordo com as dificuldades de aprendizagem

apresentadas. Desta forma, os professores podem fazer intervenções pedagógicas mais eficientes.

Essas avaliações são realizadas ao longo do ano, de forma contínua e processual, para detectar os avanços e as dificuldades do processo ensino-aprendizagem e replanejar a prática pedagógica da escola.

Esta não é uma tarefa fácil. A escola tem tentado organizar o tempo e o espaço escolar de forma a atender aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem, mas temos encontrado muitas limitações. Precisamos, também, de um número maior de educadores que possam prestar um atendimento mais individualizado a estes alunos, ajudando-os a superar as suas dificuldades.

A escola em tempo integral é uma forma de tentarmos resolver os desafios da nossa escola, ampliando espaços e tempos para que ocorram práticas educacionais mais eficientes, que promovam a aprendizagem dos alunos e seu pleno desenvolvimento. Em 2011, a escola fará parte deste programa e assim poderá melhorar a qualidade da educação oferecida pela escola.

Para estabelecer um clima de respeito, harmonia, interação e aprendizagem pais, educandos e funcionários elaboram um Código de Convivência, com as regras de funcionamento da escola. Neste momento, a escola promove um debate e incentiva a participação de todos na análise dos problemas que afetam a escola.

Os conflitos que surgem no dia-a-dia são discutidos de forma democrática entre os diferentes sujeitos do processo educativo e levam os educandos a fazerem uma reflexão sobre as suas atitudes e assumirem novas posturas diante das adversidades. Dessa forma, a escola se torna um espaço de permanente discussão, onde se exerce a cidadania através do diálogo e da participação de todos.

## **Tempo Escolar**

Muitos são os desafios enfrentados pela escola para alcançar seu maior objetivo que é oferecer uma educação de qualidade para todos.

Com a democratização do acesso às escolas públicas, a diversidade cultural e as diferenças raciais, sociais, econômicas, religiosas dentre outras passaram a determinar as relações no espaço escolar.

Para garantir a formação integral dos educandos, considerando seus diferentes ritmos e formas de aprender, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa

está organizada em Ciclos de Ensino/Aprendizagem, conforme orientação da rede municipal de ensino, desde 1998.

A organização em ciclos provoca uma mudança na organização dos tempos e espaços escolares, nas concepções de currículo e de avaliação, e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas, com a finalidade de realizar um trabalho menos fragmentado e excludente. O compromisso da escola é com a aprendizagem e formação do educando e não com tempos pré-estabelecidos para se alcançar determinados objetivos e nem com avaliações classificatórias que desconsideram as peculiaridades de cada educando e o seu direito de aprender e de se tornar uma pessoa mais bem preparada para a vida em sociedade.

O ciclo incorpora a concepção de formação global do sujeito, partindo do pressuposto da diversidade e dos ritmos diferenciados no processo educativo. À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variados, de dar oportunidades para a construção da autonomia e produção de conhecimento sobre a realidade. (DALBEN, 2000a *apud* FREITAS, 2004, p.12)

O Ensino Fundamental da Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa está organizado em quatro ciclos, de acordo com a idade dos educandos: 1º ciclo (6,7 e 8 anos); 2º ciclo (9 e 10 anos); 3º ciclo (11 e 12 anos); 4º ciclo (13 e 14 anos).

O primeiro e segundo ciclos funcionam no período da tarde e tem duração de quatro horas. O terceiro e quarto ciclos funcionam no período da manhã e tem duração de quatro horas e dez minutos, divididos em quatro módulos de uma hora.

O planejamento pedagógico é feito para cada ano do ciclo, de acordo com o referencial curricular da rede municipal de ensino e o nível de aprendizagem dos educandos.

Os educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem, no segundo turno, são atendidos em pequenos grupos, no mesmo turno em que estudam, porém em outro espaço. Desta forma, eles têm a oportunidade de sanar as suas dificuldades e não deixar que elas se acumulem ao longo do ano.

Periodicamente, são realizadas avaliações para identificar os avanços e limitações no processo ensino-aprendizagem. A partir daí, são elaboradas novas estratégias de intervenção pedagógica.

O número de educadores da escola é proporcional ao número de turmas, considerando o quantificador de 1.3, ou seja, para quatorze turmas a escola tem um coletivo de dezoito educadores.

Cada turma dos primeiro e segundo ciclos possui um educador referência que trabalha as habilidades em Língua Portuguesa e Matemática. Os demais educadores do coletivo trabalham as habilidades nas demais disciplinas, como Geografia, Ciências, História e Educação Física.

Os terceiro e quarto ciclos possuem uma organização diferente de acordo com o plano curricular elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, que estabelece o número de aulas para as diferentes disciplinas curriculares.

Para atender aos alunos com dificuldades ou defasagem de aprendizagem, são realizadas regências compartilhadas entre dois educadores. Dessa forma, os alunos podem ser melhor assistidos em suas demandas, facilitando o processo ensino-aprendizagem.

Como forma de melhor assistir aos educandos e promover o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, artístico, cultural, social a escola está estudando a possibilidade de implantar a escola de tempo integral.

A LDB (1996), em seu artigo 34, determina que o Ensino Fundamental seja ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. A Secretaria Municipal de Educação vem implantando, gradativamente, a escola de tempo integral no município. A Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa tem a intenção de implantá-la em 2011.

Ampliando o tempo de permanência do educando na escola, a escola pretende dar a ele novas oportunidades de aprender e de desenvolver potencialidades para atuar criticamente no mundo em que vive.

Para isso, a escola deve passar por uma reorganização nos tempos e espaços escolares, com mudanças em sua infra-estrutura, no currículo, no planejamento pedagógico, no número de profissionais dentre outras.

A proposta da rede municipal de ensino para atender aos alunos em tempo integral prevê a criação de espaços fora da escola em parceria com diferentes órgãos públicos e privados. Assim, os alunos teriam educação em tempo integral, mas a escola não precisaria passar por grandes transformações em sua estrutura física.

Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente



centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p.1023)

É com o objetivo de oferecer novas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento do educando em suas múltiplas dimensões, se tornando um indivíduo crítico, reflexivo, participativo, criativo, capaz de estabelecer relações pautadas na ética e nos valores universais, é que a escola se propõe a implantar a escola de tempo integral em Janeiro de 2011.

### **Processos de decisão**

A Constituição Federal (1988) estabelece princípios para a educação brasileira. Um deles é a gestão democrática. (C.F. art. 206). Tendo como complemento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art.9º), que resguarda os princípios constitucionais, inclusive a gestão democrática.

Esse princípio dentre outros deve fazer parte dos processos de decisão da escola. Existe uma gestão democrática numa escola, quando existe a participação de todos os segmentos nos seus processos decisórios.

Levando em consideração que a participação de todos os segmentos nas decisões (pedagógico, administrativo e financeiro), encontra-se respaldada na Legislação Nacional, cabe a mesma criar mecanismos para viabilizar a participação efetiva desses segmentos para que a escola se torne um espaço de formação de sujeitos capazes de participarem das tomadas de decisões com responsabilidade, buscando a autonomia da escola em todos os âmbitos.

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, sd, p.4)

Buscando essa garantia, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, tem um cuidado especial em articular e incentivar a participação de ações colegiadas nas decisões, possibilitando a comunidade escolar se conscientizar que, na escola

todos tem contribuições e saberes para compartilhar. E que a participação de todos os segmentos deve ser um processo permanente na tomada de decisões. Pois, este procedimento só tem a favorecer positivamente as relações entre os órgãos internos da escola. Uma relação de confiança, respeito, cumplicidade e de responsabilidade entre os envolvidos nas ações.

Através desse mecanismo de envolver todos os segmentos nos processos decisórios, a escola tem tentado conquistar sua autonomia perante o órgão externo (Semed). Mas ainda existem entraves que dificultam a implantação efetiva dessa autonomia, pois, muitas vezes as decisões tomadas na escola não são implementadas, porque esbarram em questões político-partidárias e burocráticas que dificultam as relações entre a escola e os órgãos externos.

A fim de atingirmos nossos objetivos em relação aos processos decisórios, a escola não toma nenhuma decisão sem que haja consenso de todos os segmentos que fazem parte da mesma, que são representados pelo Conselho Escolar (órgão de função consultiva, fiscal e deliberativa), composto de representantes de toda comunidade escolar. A participação deste órgão vem legitimar a descentralização do poder, o exercício da cidadania e de uma gestão democrática e as relações hierárquicas, são relações de respeito e diálogo. Tornando o espaço escolar, um espaço de participação coletiva que vai nortear as tomadas de decisões dentro do mesmo, tornando os processos mais participativos e democráticos.

Outra forma de democratização das relações é a participação da comunidade escolar na escolha dos dirigentes das unidades escolares. Desde 1996, esse processo faz parte da Rede Municipal de ensino. Embora esse processo de eleição direta para diretores seja uma forma de luta pela democratização nas escolas, o mesmo não garante a democratização da gestão, pois a forma de provimento do cargo no cargo não garante o tipo de gestão, embora possa interferir na forma de gerir. Ele é um instrumento do exercício da democracia. Ainda existem limitações em relação à autonomia do gestor. O mesmo não tem autonomia jurídica e a autonomia pedagógica é limitada a algumas decisões tomadas pela Secretaria de Educação, sem que ele possa interferir nas mesmas.

As eleições diretas para diretores, historicamente consideradas mais democráticas pelos movimentos sociais, inclusive dos trabalhadores da educação em seus sindicatos. Mas ela não está livre de uma grande polemica. A defesa dessa modalidade vincula-se a crença de que o processo conquista ou retoma o poder sobre os destinos da gestão. A

eleição direta tem sido apontada como canal efetivo de democratização das relações escolares. Trata-se de modalidade que se propõe valorizar a legitimidade do dirigente escolar como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, sd, p.4)

Para fortalecer e respaldar a gestão nas decisões é fundamental a composição do Colegiado Escolar, por causa do poder de decisão que ele exerce e da sua legitimidade, pois o mesmo tem representatividade de todos os setores da comunidade escolar.

De acordo com o Regimento das Escolas Municipais de Betim, a escola é composta pelos seguintes setores: Gestão, Biblioteca, Secretaria, Tesouraria, Coordenação Pedagógica, Professores, Cantina e o das Agentes de Serviços Escolares.

Cada setor possui sua equipe de trabalho:

- **Equipe gestora** – composta pelo diretor, vice-diretor e Colegiado com estrutura administrativa e deliberativa que, são responsáveis pelo bom funcionamento da escola, garantindo que o mesmo aconteça dentro das normas legais .
- **Equipe pedagógica** - composta pelas pedagogas, que são as articuladoras das ações pedagógicas da escola.
- **Equipe da secretaria** - composta pela secretária e auxiliares, que são responsáveis por toda a escrituração escolar, conforme as disposições regimentais e legislação vigente.
- **Equipe da biblioteca** - composta pelas auxiliares de biblioteca, responsáveis pela organização e funcionamento da biblioteca escolar, atendendo as necessidades didático-pedagógicas, visando à qualidade do ensino.
- **Equipe da tesouraria** - composta pela tesoureira, responsável juntamente com a equipe gestora e o colegiado pela receita e despesa da escola nos termos das instruções (escrituração de despesa e receita, prestação de contas dos recursos recebidos), que forem baixadas pela Secretaria de Educação, através do Setor de Caixa Escolar Unificada das Escolas da Rede Municipal de Ensino.
- **Equipe de professores** - composta pelo professores que compõem o coletivo da escola, que são juntamente com outros segmentos da escola, responsáveis pelo processo ensino aprendizagem dos alunos, cumprindo um plano de trabalho, segundo a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino e Unidade Escola.

- **Equipe das agentes de serviço escolar** - composta pelas faxineiras e cozinheiras, responsáveis pela preparação e distribuição da merenda, limpeza e conservação das dependências da Unidade Escolar e cumprir as demais tarefas determinadas pelas autoridades competentes.

## **Relações de trabalho**

É fundamental que em qualquer instituição exista uma preocupação, um olhar voltado para as relações de trabalho. Em se tratando de escola, mais ainda, pois é onde a matéria-prima é o elemento humano, que nesse caso é sujeito e objeto do ato educativo. Portanto, uma gestão escolar preocupada com a transformação social precisa rever as concepções de relações estabelecidas dentro da escola.

As relações de trabalho na contemporaneidade sofrem várias alterações em sua organização. Aqui se faz necessário explicitar o que se entende como trabalho escolar, e para tanto se utiliza a compreensão de Oliveira (2002) que o concebe como a:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e 132).

Essas relações devem ser construídas coletivamente, procurando garantir a democratização do espaço escolar, evitando a centralização do poder. E para que esta prática possa fazer parte do cotidiano escolar, a organização do trabalho na escola deve ser feita de forma colegiada, com toda a comunidade escolar participando da construção e efetivação dos projetos educativos.

Em unidades escolares onde há uma prática diferenciada quanto à organização do trabalho na escola, os níveis de interação se efetivam por meio do trabalho organizado de forma colegiada, contando com a participação de toda comunidade escolar nos processos de decisão e na construção e implementação dos projetos educativos. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, sd, p.7)

Só assim teremos relações de trabalho que vão possibilitar a implementação de um processo democrático de gestão, objetivando a formação de indivíduos críticos, autônomos (sujeitos históricos), capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos. Neste sentido, na Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa, as relações de trabalho, são baseadas na solidariedade, confiança, respeito e participação coletiva da comunidade escolar. Como instrumentos de participação coletiva, a escola tem implementado o Colegiado Escolar, que possibilita a participação de todos os segmentos da escola através de representatividade. Mas, é preciso avançar na implantação de outros segmentos, como: escola de pais, conselho de pais, conselho escolar, grêmio estudantil e outras formas que vão fortalecer ainda mais a democratização do espaço escolar e a gestão coletiva.

Em relação à articulação entre os segmentos no cotidiano da escola, temos algumas dificuldades, embora cada um deles tenha conhecimento dos papéis que competem aos mesmos, baseando-se no Regimento Escolar e/ou Projeto Pedagógico da Escola, mas existem fatores internos e externos, como (tempo para planejamento, falta de profissionais, ausência da família, recursos financeiros insuficientes profissionais desmotivados) que às vezes dificultam essa articulação. Mas é necessário pensar numa organização que favoreça uma participação mais efetiva, apesar desses entraves.

Em se tratando das relações interpessoais, existem os conflitos, as divergências de idéias, mas existe abertura para o diálogo, para defesa de idéias, respeito às diversidades, com objetivo de todos participarem do processo da gestão da escola, rompendo com as relações autoritárias e verticalizadas.

Nas situações de conflito das relações interpessoais, as intervenções são feitas respeitando o Regimento Escolar e as normas elaboradas pelo coletivo, sendo direcionadas para o pedagógico e/ou administrativo, dependendo de cada situação. Sempre que necessário a família é convocada, assim como o Colegiado Escolar ou o Conselho Tutelar é acionado, sempre buscando o entendimento através do diálogo, observando a função social da escola; a formação cidadã do indivíduo.

Quanto a formação continuada dos profissionais, a mesma é oferecida através da Secretaria de Educação, pois, a escola não dispõe de recursos humanos e financeiros para promovê-la.

## **Avaliação**

A avaliação é um instrumento muito importante para que a escola possa refletir sobre a sua prática e se tornar mais eficiente. A partir das informações colhidas nas avaliações, a escola deve fazer um novo planejamento visando solucionar os problemas e alcançar seus objetivos.

Na escola, todos os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem e na formação plena do educando devem ser avaliados para identificar os avanços e as dificuldades da ação educativa.

A avaliação deve atender aos princípios estabelecidos no Projeto Político-pedagógico da escola. Nele, as concepções de educação definem as ações da escola e apontam caminhos para a formação plena dos educandos.

É importante ressaltar a preocupação da escola em desenvolver as habilidades não só cognitivas, mas, também, sócio-afetivas dos educandos, considerando seus diferentes ritmos de aprendizagem e os vários instrumentos e formas de avaliação.

Toda a escola deve ser avaliada: a gestão escolar, os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, o contexto sócio-cultural em que ocorre a ação educativa etc. Todos esses fatores devem ser considerados para justificar o fracasso ou o sucesso escolar, que não deve ser atribuído somente ao educando, mas a todos os responsáveis pela ação educativa.

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUZA, 1995, *apud* SOUZA, 1999, p. 4)

A avaliação da aprendizagem escolar numa gestão democrática deve ser utilizada pelos educadores de forma contínua e processual e é fundamental repensar constantemente a prática de avaliar. Esse procedimento é um dos aspectos que deve estar sempre presente no cotidiano escolar. E a partir dos resultados, faz-se necessário refletir que as mudanças no processo educativo devem ser consideradas por todos os educadores ao planejar e vivenciar a tarefa de avaliar.

O objetivo central do ato de avaliar é perceber as necessidades do educando e trabalhar suas dificuldades até que possam superá-las.

Dentre todas as práticas e rotinas escolares, a que é mais diretamente “abalada” com a implantação dos ciclos é a avaliação. As mudanças em torno da prática avaliativa não são fáceis, pelo fato de termos convivido por décadas com um modelo de avaliação repressiva, excludente, punitiva e isto ainda existe como uma questão cultural arraigada em muitos educadores.

Atualmente vivenciamos uma proposta de organização em ciclos de formação humana, que se apresenta como um modelo de educação que promove o desenvolvimento do educando, respeitando seu ritmo.

De acordo com esta proposta, o modelo de avaliação deve se caracterizar por apresentar uma maior preocupação com os aspectos qualitativos, com a avaliação do produto; com a avaliação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo escolar e não apenas com a avaliação do educando.

A avaliação da aprendizagem deve estar a serviço de um Projeto Político Pedagógico construtivo, que vê o ser humano (indivíduo) como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. Para um verdadeiro processo de avaliação não se deve focar somente na aprovação ou na reprovação de um educando, mas, na sua aprendizagem, no seu crescimento. Dessa forma, a mesma é diagnóstica, não exclui, mas, sim, convida para a melhoria. Dentro desta perspectiva, o que caracteriza o ato de avaliar é ele ser um ato de investigar e, conseqüentemente, de intervir. Portanto, a avaliação deve contribuir, para ajudar o educando a alcançar os objetivos do trabalho pedagógico e esse processo deve ser seguido de decisões e ações que venham a ajudar os educandos a aprender mais e melhor, garantindo bons resultados.

Para que o processo de avaliação seja realmente um mecanismo que vá fornecer subsídios para a tomada de decisões da gestão, ela deve anteceder a elaboração do PPP, pois a partir do resultado com caráter diagnóstico, ela terá como função básica informar sobre o contexto em que o trabalho pedagógico irá realizar-se. A elaboração do projeto de trabalho, a definição dos objetivos e o caminho a ser percorrido para alcançá-los e nortear o trabalho pedagógico, devem ser baseados nos resultados do diagnóstico. E esse diagnóstico não deve acontecer apenas na fase inicial de um trabalho pedagógico. Ela deve acontecer continuamente e durante o processo de ensino-aprendizagem, pois, a mesma é fundamental e necessária

para explicar os resultados, sejam eles negativos ou positivos, não esquecendo que esse processo deve ser feito de forma democrática e participativa.

Neste aspecto, o Conselho Escolar, que possui representantes de pais, educandos, professores e demais funcionários da escola, desempenha um papel muito importante. Ele acompanha o desempenho da escola e analisa todos os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem, auxiliando a escola a detectar os problemas e a superar os desafios em busca de uma educação mais eficiente.

O processo de avaliação escolar deve atender aos interesses de uma educação voltada para as camadas majoritárias da educação; abranger todos os integrantes e componentes da organização escolar como educandos, educadores, currículo, condições, dinâmicas e relações de trabalho, recursos físicos e materiais disponíveis, gestão escolar dentre outros; contar com a participação de toda a comunidade escolar tanto na produção como na avaliação dos resultados obtidos; e, por fim, tornar-se uma prática da escola, cuja finalidade é o planejamento das ações educativas. (SOUZA, 1999).

De acordo com essa concepção, a Escola Municipal Silmar Cassiano Barbosa organiza seu processo avaliativo a partir de instrumentos construídos coletivamente. E vários são esses instrumentos. Os educandos são avaliados através de provas elaboradas pelo professor para avaliar o conteúdo trabalhado, de avaliações sistêmicas (Simave, Prova Brasil); avaliação sistêmica da Secretaria Municipal de Educação (como a deste ano que ainda não aconteceu, mas, está programada com o objetivo de avaliar o currículo da rede). Outro instrumento usado já institucionalizado pela escola é a avaliação diagnóstica de leitura e escrita, que acontece duas vezes ao ano. Após a aplicação e correção das avaliações, tabula-se os dados, analisa-se os resultados e, a partir daí, são feitas as intervenções necessárias. O educando é avaliado também, através de suas posturas, comportamentos, atitudes em todos os espaços e momentos do cotidiano escolar como: sala de aula, recreio, excursões e atividades extra-classe, em conversas com a direção, pedagogos, professores, família, enfim com os vários segmentos da escola. O acompanhamento desse processo na escola é feito por todos os envolvidos, sob a coordenação da equipe pedagógica e da direção. A análise dos resultados desses instrumentos de avaliação é o termômetro do trabalho desenvolvido pela instituição como um todo, pois a avaliação da aprendizagem dos alunos é um referencial para a avaliação da instituição, desde que todos participem



do processo avaliando e sendo avaliados e que as intervenções sejam feitas com o objetivo de sanar as deficiências detectadas.

Assim sendo, a avaliação deve democratizar as relações interpessoais na escola e fazer com que todos se sintam responsáveis pela aprendizagem do educando e o sucesso da escola, como instituição capaz de formar cidadãos reflexivos, participativos, autônomos, capazes de atuar na sociedade e transformá-la, segundo os princípios éticos e morais de uma sociedade justa e igualitária.

### **Referências bibliográficas**

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/10/2010.

BETIM. **Educação Básica**: Ciclos de formação na escola democrática. Betim, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/96** – 23 de dez. 1996. Fixa diretrizes e bases da educação de 1º e 2º graus.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação & Sociedade**, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO À EDUCAÇÃO**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/10/2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

NAVARRO, Iñez Pinto (et AL). **Avaliação: o processo e o produto**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/10/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/05/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **Gestão Escolar Democrática**: Definições, Princípios, Mecanismos de Sua Implementação. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/10/2010.

SOUZA, Sandra M. Zakia L. **Avaliação Institucional:** Elementos para Discussão.  
Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04/10/2010.